



Pirassununga, 30 de março de 2017 | Ano 04 | Nº 043

ATOS OFICIAIS PODER EXECUTIVO

Secretaria Municipal de Administração

DECRETO (S)

DECRETO Nº 6.824, DE 17 DE MARÇO DE 2017

“Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Antidrogas - COMAD de Pirassununga-SP”.....

ADEMIR ALVES LINDO, Prefeito Municipal de Pirassununga, Estado de São Paulo.....

No uso de suas atribuições legais e face ao constante nos autos do procedimento administrativo nº 3.694/2002,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Políticas Antidrogas - COMAD de Pirassununga tem como finalidade dedicar-se à causa antidrogas, cumprindo-lhe integrar, estimular e coordenar a participação de todos os segmentos sociais do município, de modo a assegurar a máxima eficácia das ações a serem desenvolvidas visando à conscientização e a redução da demanda de drogas.

§ 1º Ao COMAD caberá atuar como órgão coordenador das atividades municipais de conscientização e redução da demanda de drogas.

§ 2º O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo informados o Prefeito e a Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.

§ 3º Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas, o COMAD, por meio de relatórios periódicos, deverá manter a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, e o Conselho Estadual Antidrogas - CONEN, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

Art. 2º Para os fins deste Regimento conceitua-se redução da demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção ao uso, tratamento, recuperação e à reinserção social dos indivíduos que

apresentem transtornos decorrentes do uso de drogas.

§ 1º O COMAD atuará tanto no combate ao uso de drogas ilícitas, quanto no combate ao uso de drogas lícitas, como o tabaco, álcool e uso indevido de medicamentos, etc.

§ 2º Conceitua-se como droga, toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência físico-psíquica.

§ 3º Drogas ilícitas são as definidas por ato do Ministério da Saúde, passíveis de repressão penal; as demais, que possam causar os efeitos descritos no parágrafo acima são lícitas.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º O COMAD, no âmbito da sua competência, referente à redução da demanda de drogas, tem por objetivos:

I - instituir o Programa Municipal Antidrogas - PROMAD e conduzir sua aplicação;

II - propor e submeter ao Prefeito, a instituição do REMAD - Recursos Municipais Antidrogas, assegurando, quanto à gestão, o acompanhamento e a sua avaliação, assim como, no tocante à destinação e emprego dos recursos em projetos voltados à prevenção, tratamento e reinserção, a serem desenvolvidos pelo Município e ou por entidades não-governamentais voltadas a esta finalidade, a devida aprovação e fiscalização;

III - elaborar a proposta orçamentária anual inerente ao REMAD, submetendo à apreciação do Prefeito Municipal;

IV - a critério do Prefeito, poderão ser destinados recursos provenientes de dotações orçamentárias ao REMAD, ficando, ainda, autorizado a receber doações financeiras de instituições, entidades e pessoas físicas, bem como da disponibilização ou doações de bens in natura;

V - acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União. Parágrafo único - Caberá ao COMAD desenvolver o Programa Municipal Antidrogas - PROMAD, por meio da coordenação das atividades de todas as entidades sociais responsáveis pelo desenvolvimento das ações mencionadas no presente artigo, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das



Pirassununga, 30 de março de 2017 | Ano 04 | Nº 043

instituições federais e estaduais existentes no município e que possuam a mesma finalidade.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º Os representantes da sociedade civil, residentes e com atuação no município, serão eleitos, através de Assembleia, pelo voto das entidades sociais comprometidas com trabalhos na área de prevenção e combate às substâncias entorpecentes, cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º Os membros do COMAD serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - dos respectivos órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

II - das respectivas entidades não governamentais, obedecido o critério de votação, para indicação de seus representantes.

§ 2º Perderá o mandato:

I - o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas no período de um ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior ou caso fortuito, justificada por escrito ao Conselho, no prazo de 5 (cinco) dias.

II - o membro que expressamente renunciar ao mandato.

§ 3º Havendo renúncia, o Conselheiro será substituído pelo seu suplente, se representante da Prefeitura, ou pelo suplente mais votado, no caso dos representantes da sociedade civil.

§ 4º Havendo renúncia ou exoneração do titular ou suplente o COMAD, através da Secretaria Executiva, comunicará imediatamente, por escrito:

I - à Secretaria Municipal a qual pertence o respectivo membro, para que esta indique seu substituto;

II - à entidade a que pertencia o membro excluído, para indicação de seu substituto, o qual deverá ser o 2º (segundo) mais votado.

Art. 5º São órgãos do COMAD:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;

IV - Comitê REMAD.

§ 1º O Plenário, órgão máximo do COMAD, é constituído pela totalidade dos seus membros e será presidido pelo seu Presidente.

§ 2º A Secretaria Executiva será dirigida pelo primeiro Secretário.

§ 3º O Comitê REMAD, será constituído por, no mínimo 2 (dois) membros, escolhidos pelo Plenário, por votação.

Art. 6º O Presidente e o Vice-presidente serão eleitos mediante votação secreta ou por consenso do Plenário.

§ 1º A presidência deverá ser ocupada, garantindo o princípio da alternância de poder, ou seja, em caso da presidência ser ocupada por pessoa indicada pelo Poder Público, no próximo mandato, tal cargo deverá ser ocupado por indicado representante da Sociedade Civil e assim, sucessivamente.

§ 2º O Presidente, nas suas ausências e impedimentos será substituído pelo vice-presidente.

§ 3º Nas ausências e impedimentos do Vice-presidente, promover-se-á a escolha de um Conselheiro para presidir a reunião.

Art. 7º A Secretaria Executiva será formada pelo primeiro e segundo Secretário que, serão eleitos por intermédio de votação ou consenso do Plenário, dentre os Conselheiros efetivos.

Parágrafo único. Em suas faltas ou impedimentos, o primeiro Secretário será substituído pelo segundo Secretário e na falta ou impedimento deste, por um Conselheiro designado pelo Presidente.

Art. 8º Na hipótese de haver empate na votação entre os membros do COMAD, proceder-se-á:

I - uma segunda votação, entre aqueles cujo empate verificou-se;

II - persistindo nesta segunda votação o empate entre quaisquer dos cargos de Diretoria, assumirá o cargo aquele que tiver maior tempo de atuação direta, no que tange diretamente na prevenção, recuperação ou reinserção social de dependentes de droga;

III - persistindo o empate, assumirá o cargo aquele de idade superior, considerando-se ano, mês, e dia de nascimento.

Art. 9º Com o objetivo de manter a lisura e transparência dos processos seletivos de projetos a serem financiados pelo REMAD, não terão direito a voto, os membros do plenário e Secretaria Executiva que façam parte das entidades interessadas no repasse de verbas, tenham sido indicados por elas, ou não.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 10. No contexto das atividades inerentes à conscientização e redução da demanda de drogas, ao Plenário compete:

I - atuar no sentido de concretizar os objetivos do COMAD;

II - aprovar as propostas de programas, planos, regimento interno, assim como do REMAD e demais medidas a que se refere à Lei de criação do COMAD;



Pirassununga, 30 de março de 2017 | Ano 04 | Nº 043

III - indicar os Conselheiros, a serem designados pelo Prefeito para o exercício das funções de acompanhamento e avaliação da gestão do REMAD;
IV - aprovar a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos REMAD, elaborados pelo Comitê REMAD, assim como propor ao Prefeito a destinação desses recursos;

V - referendar a avaliação do Comitê REMAD sobre a gestão dos recursos REMAD, elaborando relatórios periódicos sobre a sua aplicação, providenciando seu envio ao Prefeito e à Câmara Municipal;

VI - remeter cópia da aprovação da proposta orçamentária, dos planos anuais de aplicação dos recursos REMAD e do correspondente relatório periódico à SENAD e CONEN.

Art. 11. À Presidência, visando o desenvolvimento do PROMAD, compete estimular a mais ampla participação das instituições e entidades municipais, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, que se dediquem à causa antidrogas.

Art. 12. À Secretaria Executiva, compete planejar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conselho.

Art. 13. Ao Comitê REMAD compete:

I - elaborar a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos REMAD, submetendo-os à aprovação do Plenário e do Prefeito;

II - acompanhar e avaliar a gestão do REMAD, mantendo o Plenário informado sobre os resultados correspondentes.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14. Ao Presidente compete:

I - representar oficialmente o Conselho;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho, dando execução às decisões correspondentes;

III - estabelecer convênios e promover intercâmbio técnico-cultural-científico com órgãos do Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD, com órgãos internacionais e com setores da Administração Pública, relacionados ou especializados em drogas;

IV - realizar e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Conselho, promovendo a mais ampla divulgação dos mesmos;

V - propor comissões de trabalho que serão assumidas voluntariamente pelos membros ou designar os membros destas comissões quando não houver voluntário;

VI - assinar conjuntamente com o Secretário o relatório final de atividade;

VII - cumprir e fazer cumprir este Regimento;

VIII - praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do COMAD.

Art. 15. Ao Vice-presidente compete:

I - substituir o Presidente em suas funções e atividades, em suas ausências e impedimentos;

II - auxiliar o Presidente na execução das medidas propostas pelo Conselho.

Art. 16. Ao Secretário Executivo compete:

I - levantar e sistematizar as informações que permitam ao Conselho Municipal de Políticas Antidrogas tomar decisões previstas em lei;

II - expedir atos de convocação de reuniões, por determinação do Presidente;

III - auxiliar o Presidente na preparação das pautas, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuindo-as aos membros do Conselho para conhecimento;

IV - secretariar as reuniões do Conselho, lavrar as atas e promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Plenário;

V - preparar e controlar a publicação, no órgão de imprensa local, de todas as decisões proferidas pelo Conselho;

VI - desempenhar outras atribuições que lhe forem designadas.

Art. 17. Aos Conselheiros compete:

I - participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto, sendo que os suplentes somente terão direito a voz;

II - executar as tarefas que lhes forem atribuídas nos grupos especiais de trabalho, ou as que lhe forem individualmente solicitadas;

III - elaborar propostas de programas, planos, regimento interno, assim como do REMAD e demais medidas a que se refere à lei de criação do COMAD;

IV - manter o setor que representa regularmente informado sobre as atividades e deliberações do Conselho;

V - manter sigilo dos assuntos veiculados no Conselho, sempre que determinado pelo Plenário;

VI - convocar reuniões mediante subscrição de um terço (1/3) dos membros;

VII - manter conduta ética compatível com as atividades do Conselho.

Art. 18. Conceder-se-á licença aos membros titulares do COMAD, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, desde que solicitada por escrito ao Presidente, devidamente justificada e fundamentada.



Pirassununga, 30 de março de 2017 | Ano 04 | Nº 043

CAPÍTULO VI DO FUNCIONAMENTO

Art. 19. O COMAD reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, em dia e hora a serem aprovados em Plenário ou extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros com direito a voto, observando, em ambos os casos, o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para a realização da reunião ordinária e mínimo de 3 (três) dias para as extraordinárias.

Art. 20. O Plenário do Conselho Municipal de Políticas Antidrogas instalar-se-á e deliberará com a presença da maioria simples dos Conselheiros com direito a voto, salvo quando se tratar de matérias relacionadas a Regimento Interno, Recursos Municipais Antidrogas - REMAD ou orçamento, ocasião em que deverá ser verificado o quorum mínimo de 2/3 (dois terços).

Art. 21. É facultado ao Presidente e aos Conselheiros titulares, solicitar o reexame, por parte do Plenário, de qualquer Resolução exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, correção ou inadequação técnica ou de outra natureza.

Parágrafo único. O voto divergente poderá ser expresso na ata da reunião, a pedido do membro que o proferir.

Art. 22. As conclusões do Plenário do COMAD serão consubstanciadas, respectivamente, em Resoluções, Pareceres ou Recomendações.

Parágrafo único. As reuniões serão públicas, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, em conformidade com a legislação específica, ou quando algum Conselheiro o solicitar, devendo ser a questão objeto de decisão do Plenário.

Art. 23. As questões sujeitas à análise do COMAD, serão atuadas em processos e classificadas por ordem cronológica de entrada no protocolo, sendo distribuídas aos Conselheiros pela Secretaria Executiva, para conhecimento, com antecedência mínima de 2 (dois) dias das reuniões ordinária ou extraordinária.

Art. 24. Os trabalhos do Plenário terão a seguinte sequência:

I - verificação das presenças do Presidente e Vice-presidente e na hipótese das ausências, promover a escolha de um Conselheiro para presidir a reunião e conduzir os trabalhos, conforme previsto nos artigos 6º e 7º, deste Regimento;

II - verificação da presença do Secretário(a) e se ausente, promover a escolha de um Conselheiro para secretariar essa reunião;

III - verificação de presença e existência de quorum para instalação do Plenário;

IV - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

V - leitura e despacho do expediente;

VI - ordem do dia, compreendendo apresentação, leitura, discussão e votação das matérias, projetos, relatórios, pareceres e resoluções;

VII - organização da pauta seguinte;

VIII - distribuições de processos aos coordenadores das Comissões;

IX - comunicações breves e concessão da palavra;

X - encerramento.

Parágrafo único. Em caso de urgência ou de relevância, o Plenário, por maioria de votos, poderá alterar a sequência dos incisos estabelecidos neste artigo.

Art. 25. Para a execução de suas atividades, o COMAD poderá formar Comissões Especiais de Trabalho, temporárias ou permanentes, conforme deliberação do Plenário.

§ 1º As Comissões Especiais de Trabalho serão formadas por membros do Conselho e/ou por voluntários designados pelo Plenário.

§ 2º Cada Comissão elegerá um coordenador e um relator, responsáveis pela dinâmica dos trabalhos.

§ 3º A Comissão poderá solicitar a colaboração de profissionais especializados para a realização de suas tarefas específicas que aceitando, serão designados pelo Presidente do COMAD.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. O presente Regimento Interno só poderá ser modificado por proposta de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho, ou por proposta de sua Presidência, referendada pela maioria absoluta dos Conselheiros.

Art. 27. As pautas de convocação das reuniões do Plenário, suas atas de reunião, as Portarias e Recomendações serão publicadas no órgão de imprensa local.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 29. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 4.999, de 28 de junho de 2013.

Pirassununga, 17 de março de 2017.

ADEMIR ALVES LINDO

Prefeito Municipal

VIVIANE DOS REIS

Secretária Municipal de Administração.



Pirassununga, 30 de março de 2017 | Ano 04 | Nº 043

PORTARIA (S)

ADEMIR ALVES LINDO, Prefeito Municipal de Pirassununga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais edita a (s) seguinte (s) Portaria (s):

• Nº 224, de 17 de março de 2017 – No uso de suas atribuições legais e face ao constante nos autos do procedimento administrativo nº 3.694/2002; e **considerando** a Lei Municipal nº 5.013, de 10 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Políticas Antidrogas, instituindo o Fundo Municipal Antidrogas e dá outras providências, **R E S O L V E: Constituir o Conselho Municipal de Políticas Antidrogas – COMAD**, para o biênio 2017/2018, designando para integrá-lo os cidadãos abaixo, exercendo suas funções a título de relevância pública:

I - Representantes do Poder Público Municipal

a) Secretaria Municipal de Esportes

Eduardo de Oliveira Pereira

Graziela Moraes Pereira - suplente

b) Secretaria Municipal de Educação

Sara Zero dos Santos

Lizandra Malaman - suplente

c) Secretaria Municipal de Saúde

Maurício Matheus Colombo Mangetti

Marina Sanaiotte - suplente

d) Secretaria Municipal de Promoção Social

Sônia Irani Mangetti da Silva

Márcia Teresinha Thim - suplente

e) Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Justiça

Maria Priscila Sampaio de Souza

Deise Armelinda Lozano - suplente

f) Secretaria Municipal de Governo

Eduardo Del Nero

Daniela Freitas de Oliveira - suplente

II - Representantes da Sociedade Civil Organizada

a) PROERD

PM Thiago Sanches Mariscal

PM Valdinei Lucas Ramos - suplente

b) Grupo de Amor Exigente de Pirassununga – GAEP

Olávio Teixeira

Adriane Marangoni - suplente

c) Casa Renascer

Júlio César de Oliveira

Miguel Franco - suplente

d) Casa da Paz

Hilderaldo Luiz Sumaio

Josué Freitas Ferreira - suplente

e) Associações de Pais e Mestres da rede Estadual de Ensino

Henrique Braga Maia

Michelli Rodrigues Paicce - suplente

f) Conselho de Segurança Pública – CONSEG

Amador Sebastião Mistieri Júnior

José Lauro Rochetti - suplente

• Nº 225, de 17 de março de 2017 - No uso de suas atribuições legais e face ao constante nos autos do procedimento administrativo nº 3.694/2002; e, **considerando** a Lei Municipal nº 5.013, de 10 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Políticas Antidrogas, instituindo o Fundo Municipal Antidrogas e dá outras providências, **R E S O L V E: Homologar a constituição da mesa diretora do Conselho Municipal de Políticas Antidrogas**, biênio 2017/2018, composta pelos membros abaixo, que exercerão suas funções a título de relevância pública:

Presidente:

Sônia Irani Mangetti da Silva

Vice-presidente:

Olávio Teixeira

Primeira secretária:

Sara Zero dos Santos

Segunda secretária:

Lizandra Malaman

Comitê REMAD – Recursos Municipais Antidrogas

Maurício Matheus Colombo Mangetti

Adriane Marangoni

ADEMIR ALVES LINDO

Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

VIVIANE DOS REIS

Secretária Municipal de Administração.

Seção de Licitação

ATUALIZAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

O Município de Pirassununga, através de sua Comissão de Registro Cadastral, com fulcro no artigo 34, § 1º, da Lei nº 8.666/93, Decretos Municipais nº 3.789/09 e nº 4.707/12, nesta oportunidade procede ao chamamento público para a atualização dos registros cadastrais e para o ingresso de novos interessados. Assim, ficam intimados os titulares de CRC's já expedidos por este Município a procederem a atualização até



Pirassununga, 30 de março de 2017 | Ano 04 | Nº 043

31/MAIO/2017, sob pena de cancelamento do CRC existente. Os documentos necessários e o procedimento para a expedição/atualização do CRC estão disponíveis para consulta através do site www.pirassununga.sp.gov.br.

Pirassununga, 29 de março de 2017.

Alecsandra Rossani Crepaldi

Presidente da Comissão de Registro Cadastral.

Seção de Material

DECRETO Nº 6.828

DECRETO Nº 6.828, DE 24 DE MARÇO DE 2017 -

Modalidade: Concorrência Pública nº 25/15.

Processo Administrativo: 4538. Art. 1º Fica prorrogado, pelo prazo de 12 (doze) meses, o contrato público de concessão de uso de boxe localizado no Centro Comercial "Eunice Alves Rosa", no Distrito de Cachoeira de Emas, destinado a atividade de lanchonete, a saber: I – Contrato nº 021/2016, concessionária: **Regiane Marcela Mingoranci**, box nº 22, a partir de 17 de março de 2017, no valor mensal de R\$ 428,42 (cento e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos); perfazendo um total estimado de R\$ 5.141,04 (cinco mil, cento e quarenta e um reais e quatro centavos) por ano. Parágrafo único. Permanecem em vigor todas as cláusulas contratuais não atingidas pelo presente Ato. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Ademir Alves Lindo

Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 251/15

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE

LOCAÇÃO DE IMÓVEL - Modalidade: Dispensa de Licitação nº 251/15. **Processo Administrativo** nº 1076/15. **Termo Aditivo** nº 19/17. **Locador:** ZAQUEU PAVÃO GODOY. **Locatário:** Município de Pirassununga. **Objeto da Locação:** imóvel situado na Rua Paulo Limoeiro, nº 383, Vila Brás, na Cidade de Pirassununga/SP, destinado exclusivamente ao funcionamento do CRAS – Vila São Pedro. **Prorrogação:** fica prorrogada a vigência do contrato em 12 (doze) meses, a contar de 1º de abril de 2017. **Valor:** o valor para atender ao período será de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). **Assinatura:** 6/SET/2016.

ADEMIR ALVES LINDO

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1.206/14

TERMO DE SUPRESSÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL - Processo Administrativo nº 4514/09. **Modalidade:** Dispensa de Licitação nº 1206/14. **Termo Aditivo** nº 17/17. **Contrato** nº 279/14. **Locador:** LAILA NICOLAU ANDRÉ. **Locatário:** Município de Pirassununga. **Objeto da Locação:** Imóvel situado na Rua Bom Jesus, nº 213, Centro, em Pirassununga – SP, destinado exclusivamente para exclusivamente ao funcionamento do CREAS. **Supressão:** fica suprimido o valor mensal da locação de R\$ 2.371,75 (dois mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 2.000,00 (dois mil reais). **Assinatura:** 29/MAR/2017.

ADEMIR ALVES LINDO

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 99/17

Processo Administrativo: 1533/17. **Modalidade:** Dispensa de Licitação nº 99/17; Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93. **Homologação:** 29/MAR/2017. **EMPRESA ADJUDICADA:** AMADOR S. MISTIERI JÚNIOR-ME. **Valor:** R\$ 562,17 (quinhentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos). **Objeto:** aquisição de medicamentos para atender ordem judicial.

ADEMIR ALVES LINDO

Prefeito Municipal

SAEP

SEGUNDO ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 007/16

SEGUNDO ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 007/2016. CONTRATANTE: Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga (SAEP). CONTRATADA: ALL SANE ACESSÓRIOS E CONEXÕES LTDA.-ME. OBJETO: Fornecimento de caixas de hidrômetros. Fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo do presente contrato, conforme despachos exarados no processo licitatório. Modalidade: Convite nº 002/2016.

Pirassununga, 10 de março de 2017.

Engº João Alex Baldovinotti

Superintendente



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

www.diariodepirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 30 de março de 2017 | Ano 04 | Nº 043

TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 010/14

TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 010/2014. CONTRATANTE: SAEP – Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga. CONTRATADA: LABORATÓRIO SÃO LUCAS LTDA. **OBJETO:** Análise de água bruta, tratada e esgoto da ETE. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, o contrato acima mencionado, conforme despachos exarados no presente processo. Valor: R\$ 60.543,24 (sessenta mil, quinhentos e quarenta e três reais, e vinte e quatro centavos). Modalidade: Tomada de Preços nº 023/2013. Assinatura: 24 de março de 2017.

Engº João Alex Baldovinotti
Superintendente